

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.920, DE 2009

Dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior; a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006; a instituição de estrutura remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo; a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado TADEU FILIPPELLI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.920, de 2009, oriundo do Poder Executivo, tem o escopo de reorganizar e padronizar estruturas remuneratórias no âmbito da Administração Pública Federal.

Destacam-se os seguintes temas no Projeto em exame:

- Institui o Adicional por Participação em Missão no Exterior – APME, devido, exclusivamente, ao servidor de nível superior ou intermediário do Plano de Classificação de Cargos - PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores que tenha sido designado para missão transitória ou permanente no exterior;

- altera tabelas dos vencimentos básicos dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório e as respectivas tabelas de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA;

- altera tabela de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal – GDAPEF;

- promove o reajuste dos salários dos ocupantes de empregos públicos de Especialistas em Saúde – Área Médico-odontológica do Hospital das Forças Armadas – HFA, ao mesmo tempo que incorpora a eles os valores referentes à Vantagem Pecuniária Individual – VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

- promove reestruturação remuneratória da Carreira de Tecnologia Militar, por meio de reajuste no vencimento básico, no valor do ponto a ser atribuído em função da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar – GDATEM, na Retribuição por Titulação e na Gratificação de Qualificação;

- altera a tabela de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos servidores em efetivo exercício no DENASUS, de valores por nível de escolaridade para valores por nível, classe e padrão no qual se encontra posicionado o servidor. Propõe também a inserção de artigos na Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, para adequar a GDASUS aos critérios para recebimento de gratificação de desempenho estabelecidos na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008;

- institui tabela remuneratória específica, composta de vencimento básico e gratificação de desempenho, para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Arquiteto, Economista, Engenheiro, Estatístico e Geólogo, alcançando em seus efeitos os integrantes do Plano

Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, Plano Especial de Cargos da Suframa, Carreira Previdenciária, Plano Especial de Cargos da Cultura, Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, Plano Especial de Cargos da Embratur, Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional e Plano de Classificação de Cargos - PCC, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes à Administração Pública Federal direta ou às autarquias e às fundações públicas federais, que optarem por esta tabela, abrindo mão da estrutura remuneratória do plano de carreira ou de cargos a que pertença;

- recompõe o valor do subsídio para as Carreiras de Oficial de Inteligência, de Oficial Técnico de Inteligência, de Agente de Inteligência e de Agente Técnico de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Reajusta também os valores do vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência – GDAIN devidos aos servidores de nível superior e intermediário do Grupo Informações, de que trata o inciso III do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, e do vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN – GDACABIN devidos aos servidores do Grupo Apoio, de que trata o inciso IV do *caput* do art. 2º da referida Lei, também integrantes do referido Plano. Promove, ainda, a transposição do cargo de Instrutor de Informações para o cargo de Oficial de Inteligência, da Carreira de Oficial de Inteligência, de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 2º da Lei nº 11.776, de 2008.

A proposição em análise foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT) e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na CTASP foram oferecidas oitenta e cinco Emendas ao Projeto, apresentadas, sinteticamente, pelo Relator da matéria naquela Comissão, Deputado LUIZ CARLOS BUSATO, no bem elaborado quadro de Emendas, que reproduzimos, com singelas alterações, a seguir:

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
01	Dep. Sarney Filho	art. 19 e anexo XII	Incluir os cargos de Farmacêutico-bioquímico e de Pesquisador em Ciência da Saúde entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
02	Dep. Silas Brasileiro	acresce artigos	Normatizar os requisitos necessários para o ingresso no cargo, as atribuições e as respectivas competências referentes aos cargos de Agente de Atividades Agropecuárias, Auxiliar Operacional em Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar de Laboratório e Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de origem Animal, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
03	Dep. Silas Brasileiro	acresce artigo	Determinar ao Poder Executivo seja encaminhado projeto de lei orgânica da Carreira de Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
04	Dep. Sandro Mabel	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Administrador entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
05	Dep. Sandro Mabel	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Contador entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
06	Dep. Andreia Zito	acresce artigos e anexo XXIII	Incluir os cargos de provimento efetivo, de níveis Intermediário e Auxiliar, das Carreiras de que tratam as Leis nº Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001; nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003; Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005; Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970; Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
07	Dep. Odair Cunha	altera a redação do título do Capítulo II	Alterar a redação do título do Capítulo II do projeto, de forma a suprimir o termo "suporte" em referência às atividades de fiscalização agropecuária.
08	Dep. Odair Cunha	acresce artigo	Alterar as regras do cálculo de percepção por parte de aposentados e pensionistas da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária –

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
			GDATFA, regida pela Lei nº 10.484, de 2002.
09	Dep. Andreia Zito	artigo 20	Incluir os cargos de provimento efetivo de nível superior das Carreiras de que tratam as Leis nº Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001; nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; nº Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005; Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970; Lei nº 10.855, de 1ª de abril de 2004, entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
10	Dep. Andreia Zito	acresce artigo e anexo	Fixar nova estrutura remuneratória para os servidores regidos pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
11	Dep. Gilmar Machado	art. 19 e anexo XII	Incluir os cargos de Engenheiro Agrimensor e de Engenheiro Agrônomo entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
12	Dep. Mauro Nazif	arts. 19, 20 e 22, acréscimo do art. 22-A e anexos XII, XIII, XIV e XV	Incluir diversos cargos de provimento efetivo de nível superior entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial, instituir Gratificação de Qualidade no âmbito dessa Estrutura Remuneratória e antecipar a data de aplicação dos efeitos financeiros decorrentes da sua implantação.
13	Dep. Mauro Nazif	altera a redação do título do Capítulo II	Idêntica à emenda nº 7.
14	Dep. Mauro Nazif	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 8.
15	Dep. Mauro Nazif	arts. 20 e 22	Antecipar a data de aplicação dos efeitos financeiros decorrentes da implantação da Estrutura Remuneratória Especial, ora criada.
16	Dep. Mauro Nazif	acresce art. 9º-A	Autorizar a redistribuição de servidores integrantes do PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, cedidos ao Ministério da Defesa e lotados no Hospital de Guarnição do Exército, para o Hospital das Forças Armadas.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
17	Dep. Carlos Santana	art. 19 e anexo XII	Idêntica à emenda nº 4.
18	Dep. Carlos Santana	acresce artigos e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 6.
19	Dep. Carlos Santana	artigo 20	Idêntica à emenda nº 9.
20	Dep. Carlos Santana		Idêntica à emenda nº 10.
21	Dep. Carlos Santana	acresce art. 15-A	Promover o enquadramento de todos os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 lotados nas organizações militares especificadas, no Plano de Carreiras e Cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998.
22	Dep. Gorete Pereira	art. 19 e anexo XII	Idêntica à emenda nº 5.
23	Dep. Gorete Pereira	artigo 20	Idêntica à emenda nº 9.
24	Dep. Gorete Pereira	art. 19 e anexo XII	Idêntica à emenda nº 4.
25	Dep. Rita Camata	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Criar os cargos de Auditor Federal de Saúde, de nível superior, e de Técnico federal de Auditoria em Saúde, de nível médio, no âmbito da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, bem como regulamentar as respectivas atribuições, competências e estrutura remuneratória.
26	Dep. Chico da Princesa	art. 19 e anexo XII	Idêntica à emenda nº 5.
27	Dep. Geraldo Simões	acresce artigos e anexos	Modificar a estrutura remuneratória do cargo de Auxiliar Operacional em Agropecuária, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
28	Dep. Geraldo Simões	altera a redação do título do Capítulo II e da ementa do Projeto	Semelhante à emenda nº 7.
29	Dep. Geraldo Simões	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 8.
30	Dep. Luis Carlos Heinze	acresce artigos e anexos	Idêntica à emenda nº 27.
31	Dep. Fernando Nascimento	altera a redação do título do Capítulo II	Idêntica à emenda nº 7.
32	Dep. Edinho Bez	acresce artigo	Modificar os critérios e interstícios para progressão e promoção funcional dos servidores

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
			integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN.
33	Dep. Edinho Bez	acresce artigo	Revogar o art. 27 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, que impede os servidores da ABIN, com estrutura remuneratória por subsídio, de perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.
34	Dep. Edinho Bez	art. 23	Incluir novo critério ensejador de enquadramento na Carreira de Oficial de Inteligência da ABIN.
35	Dep. Edinho Bez	anexos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI	Antecipar a data de aplicação dos efeitos financeiros da última parcela da nova estrutura remuneratória da ABIN
36	Dep. Maria Helena	art. 19 e anexo XII	Incluir os cargos de Administrador e de Contador entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
37	Dep. Vicentinho	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Especialista de Nível Superior entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
38	Dep. Vicentinho	anexos XIII e XIV	Modificar a composição da Estrutura Remuneratória Especial, ora criada.
39	Dep. Valdir Colatto	acresce artigo	Modificar a estrutura da carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do INCRA, inclusive quanto à denominação de cargos e parte remuneratória.
40	Dep. Paulo Rocha	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 8.
41	Dep. Paulo Rocha	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
42	Dep. Laerte Bessa	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
43	Dep. Fernando Ferro	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Geógrafo entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
44	Dep. Maria Helena	acresce artigo e	Idêntica à emenda nº 10.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
		anexo	
45	Dep. Jovair Arantes	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
46	Dep. Marcelo Almeida	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Bibliotecário entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
47	Dep. Darcísio Perondi	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
48	Dep. Eduardo Valverde	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
49	Dep. Fernando Nascimento	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
50	Dep. Mauro Nazif	art. 19 e anexo XII	Incluir os cargos de provimento efetivo de nível superior, integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, regidos pela Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
51	Dep. Mauro Nazif	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
52	Dep. Leonardo Vilela	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
53	Dep. Celso Maldaner	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
54	Dep. Geraldo Resende	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
55	Dep. Maria Helena	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
56	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
57	Dep. Vicentinho	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
58	Dep. Wandenkolk Gonçalves	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
59	Dep. Manuela d'Ávila	art. 19 e anexo XII	Incluir o cargo de Comunicação Social entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
60	Dep. Paulo Rubem Santiago	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 25.
61	Dep. Laerte Bessa	acresce artigo	Modificar o enquadramento nas Carreiras de Oficial Técnico de Inteligência, de nível superior, e de Agente Técnico de Inteligência, de nível intermediário, no âmbito da ABIN, e instituir a racionalização dos cargos.
62	Dep. Laerte Bessa	acresce artigo	Modificar o enquadramento nas Carreiras de Oficial Técnico de Inteligência, de nível superior, e de Agente Técnico de Inteligência, de nível intermediário, no âmbito da ABIN.
63	Dep. Zonta	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 3.
64	Dep. Zonta	acresce artigo	Modificar a estrutura remuneratória dos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
65	Dep. Zonta	acresce artigo	Modificar a estrutura remuneratória dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
66	Dep. Zonta	acresce artigo	Modificar o valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDAFTA, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
67	Dep. Zonta	acresce	Idêntica à emenda nº 8.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
		artigo	
68	Dep. Zonta	altera a redação do título do Capítulo II	Idêntica à emenda nº 7.
69	Dep. Zonta	acresce artigos	Idêntica à emenda nº 2.
70	Dep. Gorete Pereira	art. 20	Incluir os cargos de provimento efetivo de nível superior da Carreira de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.
71	Dep. Gorete Pereira	acresce art. 15-A	Idêntica à emenda nº 21.
72	Dep. Décio Lima	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
73	Dep. Chico Alencar	art. 27	Revogar o § 3º do art. 21-B da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que trata da necessidade de reconhecimento no Brasil dos cursos de Mestrado e Doutorado realizados no exterior, para fins de percepção da Gratificação de Qualificação – GQ, concedida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.
74	Dep. Chico Alencar	acresce artigo	Adiciona requisito ensejador de percepção da Retribuição por Titulação – RT para os ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.
75	Dep. Chico Alencar	art. 11	Adiciona requisito ensejador de percepção da Gratificação de Qualificação – GQ, concedida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.
76	Dep. Daniel Almeida	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
77	Dep. Paulo Rocha	acresce artigos e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 6.
78	Dep. Paulo Rocha	art. 19 e anexo XII	Incluir os cargos de provimento efetivo de nível superior, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, regidos pela Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, regida pela Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, do Plano da Classificação de Cargos, regido pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, integrantes do Quadro de Pessoal do INCRA, entre aqueles a serem beneficiados com

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
			Estrutura Remuneratória Especial.
79	Dep. Asdrubal Bentes	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
80	Dep. Nelson Marquezelli	altera a redação do título do Capítulo II	Idêntica à emenda nº 7.
81	Dep. Nelson Marquezelli	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 8.
82	Dep. Gorete Pereira	acresce artigo	Instituir o regime de dedicação exclusiva para as carreiras da ABIN.
83	Dep. João Campos	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.
84	Dep. Eudes Xavier	acresce arts. 18-A, 18-B, 18-C, 18-D, 18-E, 18-F, 18-G e anexo XXIII	Idêntica à emenda nº 25.
85	Dep. Eudes Xavier	acresce artigo	Idêntica à emenda nº 39.

O Relator da matéria na CTASP, Deputado LUIZ CARLOS BUSATO apresentou, ainda, quatro Emendas:

Emenda nº 1 do Relator da CTASP: Estabelece que, sem prejuízo das atuais atribuições e respeitadas as atribuições privativas, definidas em lei, dos demais cargos e carreiras existentes no âmbito da Administração Pública Federal, incumbe aos titulares de cargos de Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório, Auxiliar de Laboratório e Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA exercer, na forma do regulamento, atividades supletivas às dos Fiscais Federais Agropecuários;

Emenda nº 2 do Relator da CTASP: Estabelece que integrará a Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, nos termos da Lei projetada, o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico do Sistema Único de Saúde, de nível superior. Cria no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, exclusivamente para exercício no Departamento Nacional de Auditoria

do Sistema Único de Saúde, setecentos e cinquenta cargos de provimento efetivo de Analista Técnico do Sistema Único de Saúde;

Emenda nº 3 do Relator da CTASP: Altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.776/08 para estabelecer que os titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas a dos incisos I e II do *caput* do art. 2º da lei projetada aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada;

Emenda nº 4 do Relator da CTASP: Altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 11.314/06 para estabelecer que a vantagem pessoal nominalmente identificada referida no *caput* do art. 9º não poderá ser paga cumulativamente com outra parcela de idêntica origem ou natureza decorrente de decisão judicial, facultada a opção de uma forma irretratável até 31 de julho de 2010.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou unanimemente o Projeto de Lei do Poder Executivo, com as quatro Emendas do Relator e com as Emendas nºs 7, 13, 28, 31, 68 e 80, e rejeitou as demais emendas apresentadas naquela Comissão.

Na Comissão de Finanças e Tributação, o Projeto recebeu duas Emendas: a **Emenda nº 1 CFT**, da Deputada ALICE PORTUGAL, que inclui o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial; a **Emenda nº 2 CFT**, do Deputado CELSO MALDANER, pretende modificar a estrutura da carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do INCRA, inclusive quanto à denominação de cargos e parte remuneratória.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela adequação orçamentária e financeira do Projeto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita e da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 7, 13, 28, 31, 68 e 80, apresentadas na CTASP; e pela incompatibilidade orçamentária e financeira das demais emendas apresentadas na CTASP, das Emendas de Relator da CTASP nºs 1, 2, 3 e 4 e das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas na CFT, nos termos do parecer do Relator, Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES, que apresentou complementação de voto, contra os votos dos Deputados ARNALDO MADEIRA, GUILHERME CAMPOS e LUIZ CARREIRA.

Nesta **CCJC**, no prazo regimental, foi apresentada a **Emenda nº 1**, de autoria do Deputado SABINO CASTELO BRANCO, que busca incluir o cargo de Administrador entre aqueles a serem beneficiados com Estrutura Remuneratória Especial.

Cabe a este Órgão Técnico o exame da matéria sob os aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, a teor do disposto no art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei nº 5.920, de 2009, sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões, em decorrência do disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Concordamos com o Relator da matéria na CTASP no sentido de que a implantação das medidas propostas no Projeto de Lei nº 5.920, de 2009, atende às necessidades de manutenção e recomposição de força de trabalho especializada em áreas de interesse estratégico da Administração Pública Federal.

De fato, as alterações propostas pelo Projeto em exame resultam de compromissos firmados entre a União e entidades representativas dos servidores públicos federais, visando concessão de melhoria remuneratória e ajustes setoriais nos respectivos planos de cargos e carreiras.

Ocorre que, em razão da necessidade constante de incremento de eficiência da máquina pública em virtude das demandas crescentes da sociedade por serviços públicos de qualidade, o realinhamento e a reestruturação dos planos de cargos e carreiras dos servidores são efetivamente imprescindíveis para o alcance desse objetivo, permitindo que os quadros do serviço público federal sejam continuamente supridos por servidores qualificados e motivados.

Quanto às emendas oferecidas ao projeto, há que se louvar a iniciativa de seus nobres Autores. Contudo, a Constituição Federal restringe o poder de emendamento nesses casos. O art. 63, inciso I, da Lei Maior obsta aumento de despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Já o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal veda a iniciativa de Parlamentar no sentido de criar ou aumentar a remuneração de cargos, bem como alterar a disciplina de direitos, vantagens ou benefícios para servidores do Poder Executivo.

Assim, como bem alertado pelos Relatores da matéria que nos antecederam nas Comissões de mérito, há vícios de inconstitucionalidade que inviabilizam o acolhimento da quase totalidade das emendas oferecidas.

O Relator da matéria na CTASP, com toda a razão, alerta para o fato de que mesmo que dispositivos de tal espécie fossem aprovados pelo Congresso Nacional e ainda que a lei resultante fosse sancionada pelo Presidente da República, poderia ter a sua validade contestada a qualquer tempo, pois é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que é insanável o vício formal decorrente da inobservância de reserva constitucional de iniciativa.

Diante do exposto, parece-nos que apenas as Emendas nºs 7, 13, 28, 31, 68 e 80 apresentadas na CTASP, que alteram o título do capítulo II do Projeto, não estão eivadas de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa legislativa. Não ferem, outrossim, normas e princípios do ordenamento jurídico pátrio. Registre-se que as mencionadas Emendas foram aprovadas pelas duas Comissões que apreciaram o mérito da matéria (CTASP e CFT).

Pelas precedentes razões, voto pela:

- I- constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.920, de 2009;
- II- constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas nºs 7, 13, 28, 31, 68 e 80 da CTASP e pela
- III- inconstitucionalidade de todas as demais emendas apresentadas na CTASP, inclusive as Emendas do

Relator da matéria na CTASP; das nºs 1 e 2 apresentadas na CFT e da Emenda nº 1 apresentada nesta CCJC, restando prejudicada a análise dos demais aspectos de competência deste Colegiado.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado TADEU FILIPPELLI
Relator